

## ■ Arquivo em Análise do Discurso: uma breve discussão sobre a trajetória teórico-metodológica do analista

GIOVANI FORGIARINI AIUB

Doutorando em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e professor do campus Feliz do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS – Campus Feliz), onde ocupa o cargo de Diretor-Geral.

Resumo: Neste estudo, a noção de arquivo é mobilizada a partir de reflexões embasadas na teoria da Análise do Discurso francesa. Sendo assim, o objetivo aqui é o de fazer uma discussão teórica sobre como um analista de discurso pode trabalhar na construção de seu arquivo, e como, a partir deste dispositivo, ele pode chegar às análises das sequências discursivas.

Palavras-chave: Análise do Discurso. Arquivo. Arquivo Construído

Abstract: In this paper, the concept of archive is set forth based on principles and theories drawn together by French Discourse Analysis. Therefore, the present study is committed to a theoretical discussion on how discourse analysts may build their archives, and subsequently, founded on those archive constructions, how they might perform the analyses of the discourse sequences.

Key-words: Discourse Analysis. Archive. Constructed Archive.



Não comecemos pelo começo nem mesmo pelo arquivo. Mas pela palavra 'arquivo' – e pelo arquivo de uma palavra tão familiar. Arkhê, lembremos, designa ao mesmo tempo começo e comando. Este nome coordena aparentemente dois princípios em um: o princípio da natureza ou da história, ali onde as coisas começam [...], mas também o princípio da lei ali onde os homens e os deuses comandam, ali onde se exerce a autoridade, a ordem social, nesse lugar a partir do qual a ordem é dada (DERRIDA, 2001, p. 11).

## 1. Reflexões iniciais

Quando se mobiliza a palavra arquivo, é possível que venham à tona diferentes interpretações. Podemos imaginar os arquivos armazenados no computador, arquivos de internet, armários com grandes gavetas, pastas com documentos, salas inteiras com documentos textuais de toda ordem dispostos por um arquivista, arquivos históricos e jurídicos, geralmente disponíveis em museus e bibliotecas<sup>1</sup>, além de outros. Sobre os arquivos de computador, é possível constatar que há diversos deles e de toda ordem. Para Mittmann (2008, p. 115), “No nosso contato com a informática, ora o arquivo é tomado como documento, ora como pasta onde ficam os documentos”. Seguindo nesta mesma linha, cabe dizer que alguns desses arquivos digitais são criados por usuários da máquina em um editor de textos, por exemplo, tais como o *Microsoft Word* e/ou o *BrOffice* ou ainda qualquer outro tipo de arquivo em um outro tipo de programa de textos, de imagens, de planilhas, etc. Estes arquivos são, por sua vez, criados e depois acessados com alguns cliques no *mouse*, sendo geralmente inteligíveis, ou seja, passíveis de uma leitura, seja ela qual for. São o que podemos chamar de arquivos de uso comum. Por outro lado, existem certos tipos de arquivos que fazem parte da estrutura do computador, mas que, mesmo estando organizados dentro desses aparelhos, não são inteligíveis para a maior parte dos usuários, na qual eu, particularmente, me incluo. Estes

<sup>1</sup> No Brasil, o órgão oficial responsável pelo armazenamento de documentos é o Arquivo Nacional (AN). Fundado em 1838, o AN tem por finalidade implementar e acompanhar a política nacional de arquivos, recolhendo, tratando, preservando e divulgando o patrimônio documental do país. Para mais informações, ver: <<http://www.arquivonacional.gov.br>>.

outros arquivos são aqueles cuja linguagem é específica do campo da informática e que, mesmo estando dentro de nossas máquinas pessoais, mesmo estando disponíveis, eles não são compreensíveis. Estes arquivos existem, mas não se pode identificar facilmente a sua funcionalidade dentro do processo computacional. Sabemos que eles são importantes, mas não identificamos claramente seu papel no processo informático.

Deste modo, tomando como base tais arquivos do computador (quase) ocultos, pouco acessados e, até certo ponto, ininteligíveis, mas indispensáveis para o seu funcionamento, pode-se fazer uma grosseira comparação aos arquivos documentais, tradicionalmente pensados como discurso textual, da seguinte maneira: se existem aqueles arquivos que são mais comumente acessados já na sua forma de documento e que produzem certas evidências de sentido, fazendo com que se estabeleça uma espécie de memória coletiva (*todos sabem que...*), é justamente porque existem aqueles outros arquivos, quase nunca acessados nem lidos, que são subjacentes e fundamentais para que estes sejam interpretados como têm sido ao longo dos anos. Trata-se aqui de uma espécie de apagamento de outras leituras possíveis.

Retomando a epígrafe deste texto, Derrida (2001) afirma que a palavra *arquivo* mobiliza dois princípios: um relativo a onde as coisas começam e outro relativo a onde as coisas são organizadas, ou seja, há já um pressuposto de que, para se ter um arquivo, é preciso que se tenha certa ordem. Não somente uma ordem hierárquica, mas também uma ordem de disposição das coisas, isto é, um princípio organizacional.

Evocando a noção de arquivo e seu papel para a Análise do Discurso, o objetivo deste texto é o de fazer uma discussão teórica de como um analista de discurso pode trabalhar na construção de seu arquivo e, partindo deste dispositivo, como ele pode chegar às análises das seqüências discursivas. Elucidando tal trajetória teórico-

metodológica característica da Análise do Discurso, tentarei mostrar como que, da construção do arquivo de uma pesquisa anterior (AIUB, 2008), chegou-se às sequências discursivas para análises.

## **2. Ainda sobre a noção de arquivo**

Sendo possível pensar no arquivo como um lugar no qual se organizam determinados documentos, não se pode negar, portanto, que esta é uma das interpretações possíveis dessa noção. Para Pêcheux (2010, p. 51), o arquivo é “[...] entendido, no sentido amplo, de ‘campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão’”. Logo, se a noção de arquivo é, entre outras coisas, um grupo de documentos que está relacionado a determinado tema, sendo este grupo de documentos pertinente e estando disponível, é porque, de alguma maneira, este arquivo já sofre certa organização. O arquivo é, portanto, organizado por uma leitura. Não se trata, porém, de uma leitura analítica de arquivo propriamente dita, mas de uma leitura que revela se determinados documentos são referentes a um tema ou outro. Pode-se entender, então, que existem os mais diferentes tipos de arquivos.

Tradicionalmente os arquivos eram organizados (lidos) pelos literatos, cuja maioria era composta por historiadores e filósofos (PÊCHEUX, 2010). Nos primeiros anos de Análise do Discurso, chamada de Análise do Discurso clássica por Guilhaumou e Maldidier (2010), a análise de determinado corpus era baseada em uma leitura de arquivo feita por estes historiadores, ou seja, a análise se dava justamente de uma leitura prévia que era pautada em uma evidência de sentido (GUILHAUMOU; MALDIDIER, 2010). Tomava-se o corpus para análise a partir do arquivo que geralmente não era retomado. Sendo assim, este tipo de análise não poderia contribuir significativamente no gesto de leitura de arquivos, a não ser para reafirmar as leituras já consagradas e tradicionalmente estabelecidas. Assim, estas análises de arquivos já partiam

de um gesto de leitura prévio que não mobilizava nada além de um sentido tomado como *verdade*. Na contramão disso, a Análise do Discurso francesa se desenvolveu a fim de trabalhar nos processos discursivos, analisando como se constroem certas evidências de sentido e traz à baila outros sentidos que não são, ou deixam de ser, mobilizados neste gesto de leitura de arquivos.

Cabe ressaltar, porém, que a Análise do Discurso não é uma ferramenta que desvenda o sentido verdadeiro de arquivos ocultos. Muito longe disso. A Análise do Discurso trata de “[...] desvendar os processos discursivos que levam às imposições como evidência, bem como o que esses mesmos processos deixam de fora” (MITTMANN, 2007, p. 154). Por isso que está em seu alicerce o gesto de leitura dos arquivos a fim de constituir um corpus analítico.

Ainda sobre a noção de arquivo, Foucault (2007) entende que não se trata da soma de todos os textos de determinada cultura. Além do mais, o arquivo também não é pensado em uma totalidade, como se fosse sempre possível acessá-lo na íntegra. Para Foucault (2007, p. 147),

O arquivo é, de início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares. Mas o arquivo é, também, o que faz com que todas as coisas ditas não se acumulem indefinidamente em uma massa amorfa.

Dito isto, nunca é demais retomar brevemente o conceito de enunciado para Foucault, já que se trata de uma noção importante para pensar o arquivo. O enunciado, em Foucault, não é uma sentença linear, é vertical, ou seja, o enunciado foucaultiano não é da ordem da formulação, pois deve ser visto como uma “[...] função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos, e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se eles ‘fazem sentido’ ou não” (FOUCAULT, 2007, p. 98). Desse modo, podemos entender o enunciado

como um conjunto de formulações possíveis. Ainda com este mesmo autor “Pode-se dizer, de modo geral, que uma sequência de elementos linguísticos só é enunciado se estiver imersa em um campo enunciativo em que apareça como elemento singular” (FOUCAULT, 2007, p. 111). Por esta definição, compreendemos que o arquivo é o que rege o aparecimento de novos enunciados, fazendo com que estes enunciados possam coexistir além de se modificar conforme as condições de existência.

Esmiuçando um pouco mais, o arquivo é também responsável por fazer com que certas práticas discursivas sejam esquecidas<sup>2</sup>, mais especialmente, afastadas de uma atualidade, mas, ao mesmo tempo, o arquivo também é o que preserva a atualidade na forma de uma tradição. Dito de outro modo, “A descrição de um arquivo desenvolve suas possibilidades (e o controle de suas possibilidades) a partir dos discursos que começam a deixar justamente de ser os nossos” (FOUCAULT, 2007, p. 148). E quando temos a percepção de que dado discurso não nos pertence mais, é porque esse discurso já faz parte de um arquivo, aquilo que (res)guarda, organiza, ordena esta possibilidade de existência. Cabe reiterar que o arquivo não pode ser descrito em sua totalidade, já que ele é fragmentado.

Ainda tratando sobre arquivo, Foucault (2007, p. 148) ressalta que “[...] entre a tradição e o esquecimento, ele [o arquivo] faz aparecerem as regras de uma prática que permite aos enunciados subsistirem e, ao mesmo tempo, se modificarem regularmente”, de tal modo que é responsável pelo que nos separa do que não faz mais parte de nossa prática discursiva.

Birman (2006, p. 12) afirma que, no campo do arquivo, não existe nenhuma fixidez e imutabilidade, uma vez que “[...] este tem de ser permanentemente apagado para que possa ser renovado”. Não se afastando muito de Birman (2006), mas reformulando, podemos dizer que este apagamento não significa que certos discursos deixam de

<sup>2</sup> O arquivo não é o único responsável pelo esquecimento de certas práticas discursivas. Há de se considerar o fato de que certas condições de produção também podem levar ao esquecimento de determinadas práticas.

existir, mas eles ficam justamente arquivados. E é aí que entra, a meu ver, o papel do analista de discurso.

Quando se trata de fazer uma leitura de arquivo, o analista de discurso não deve ficar preso a uma leitura consagrada ou tradicional. É preciso que sejam mobilizados os processos de arquivamento de dados discursivos. Em outras palavras, é papel do analista trabalhar com o processo pelo qual passou dado discurso até que fosse afastado das práticas discursivas, transformando-se em elemento de arquivo. Desse modo, o analista de discurso seria capaz de, a partir deste gesto distinto de leitura de arquivo, não só trabalhar com a leitura tradicional já instaurada e institucionalizada, mas principalmente verificar por que certas práticas foram apagadas em detrimento de outras. Em linguagem de analista, trata-se de verificar por que certos sentidos sofreram processo de apagamento enquanto outros permanecem. Nas palavras de Nunes (2007, p. 374), "O material de arquivo está sujeito à interpretação e, mais do que isso, à confrontação entre diferentes formas de interpretação e, portanto, não corresponde a um espaço de 'comprovação', onde se suporia uma interpretação unívoca".

No entanto, nem sempre a Análise do Discurso teve este tratamento metodológico com o arquivo. Ainda muito presa e tão-somente ligada ao discurso político, a Análise do Discurso partia já de uma leitura consagrada de arquivo para construir seu corpus de análise. Desse modo, como foi dito anteriormente, este não-retorno ao arquivo poderia restringir certas análises. Para corroborar, Guilhaumou e Maldidier (2010, p. 162) afirmam que

Inicialmente presa ao gênero do discurso político, a análise do discurso clássica não tinha nenhuma necessidade de diversificação do arquivo. No entanto, a partir da busca por aquilo que instala o social no interior do político, não pudemos mais ignorar a multiplicidade de dispositivos textuais disponíveis. Vemos que a Análise do Discurso ampliou seu campo de investigação: do interesse



pelo discurso doutrinário, ela passou ao que poderíamos chamar a história social dos textos.

Reafirmo aqui a posição destes autores dizendo que a Análise do Discurso não trabalha mais só no campo político. Sua ampliação é tamanha que são analisados desde o discurso político ao imagético, passando pelo discurso didático e hipertextual. Essa ampliação, no entanto, só foi possível para a Análise do Discurso porque se trata de uma teoria que jamais se encerra, ou seja, ela não se fecha a novos conceitos, formulações e reformulações. Trata-se de uma teoria em constante transformação. A Análise do Discurso tem esta característica: ela relaciona entre si as noções de seu aparato teórico e estas sempre fazem relação com o objeto de análise. De acordo com Indursky (2008, p. 9), “[...] em Análise do Discurso ocorre uma inquieta relação que vai, em um constante movimento pendular, da teoria para análise e, desta, de volta para a teoria”. Neste sentido, vale dizer que a teoria não se molda ao processo analítico, nem o contrário. Não se trata, pois, de um encaixe dos conceitos, mas sim de como este dispositivo teórico-analítico pode auxiliar o analista a produzir uma leitura desnaturalizada, descristalizada. A Análise do Discurso tem por característica perguntar(-se) sobre as evidências de sentido, sobre as diferentes teorias que a circundam e também sobre ela mesma.

Neste viés, é importante este retorno ao arquivo para que se possa buscar compreender (sem esgotar) os diferentes sentidos possíveis. Segundo Guilhaumou e Mالدیدیر (2010, p. 183), esta volta ao arquivo abre, para a Análise do Discurso,

[...] possibilidades múltiplas. Longe de ser metodologia auxiliar para os historiadores, uma aventura sem margens para os linguistas, esta pode encontrar nela mesma critérios de inteligibilidade. Abraçando ao mesmo tempo as copresenças languageiras que constituem corpus, os usos

reflexivos e a espessura da língua, ela se coloca como disciplina inteiramente interpretativa.

Portanto, a Análise do Discurso é fundamentalmente uma disciplina de interpretação e, sendo assim, é pelo gesto do analista que são feitas as análises. É pelo olhar do analista que são recortadas as sequências discursivas de seu corpus, é através deste gesto que é feita a leitura do arquivo. Ao contrário do que se possa imaginar, o analista de discurso não está livre da interpelação ideológica, ele não está solto no mundo, mas sabedor disso, seu papel é trabalhar na delimitação das formações discursivas, recortando as sequências discursivas e relacionando-as às matrizes parafrásticas a partir do aparato teórico-metodológico da Análise do Discurso. Deste modo, assim como a teoria não está pronta para ser aplicada, o arquivo não pode ser dado como pronto, fechado. São necessários muitos retornos a ele, no sentido de que não basta ao analista uma única leitura. As (re)leituras se fazem necessárias uma vez que não podemos, enquanto analistas, confiar em uma leitura primeira. Digamos que é preciso esperar o arquivo *amadurecer*, uma vez que sempre que se retorna a ele, é possível que se encontrem outras sequências discursivas que outrora não se havia percebido. Mittmann (2007, p. 156) ressalta que “As idas e vindas se fazem necessárias em virtude dos conflitos e confrontos, sobreposições que ocorrem durante o próprio gesto de leitura e releitura do arquivo”. Em outras palavras, pode-se dizer que não existe um esgotamento para leitura de arquivo, mas, em dado momento, é preciso encerrar este gesto de retorno. O analista necessita da ilusão de que esgotou as possibilidades de leitura para poder seguir sua análise, ou, pelo menos, ciente de que podem existir ainda outras leituras a serem feitas, ele igualmente segue e dá sequência às análises, pois há necessariamente o desejo de avançar com o trabalho analítico.

### **3. Composição do arquivo: duas vertentes**

Ao tomarmos como base as duas principais definições de arquivo que vêm sendo tratadas até aqui, uma de Pêcheux (2010) e outra de Foucault (2007), notamos que não se trata de uma mesma ideia. Resumidamente, mas tentando não simplificar demais, Pêcheux fala em arquivo como um grupo de documentos sobre dada questão, ou seja, o arquivo tem, nesta perspectiva, uma certa organização, pois já precede de uma primeira leitura que aloca o que faz parte de seu interior, como também (in)define o seu exterior, o que não lhe cabe. Já Foucault diz que o arquivo é o sistema capaz de reger o aparecimento de enunciados como acontecimentos singulares. Claramente que um conceito não exclui o outro, mas se trata de vieses diferentes. Na perspectiva pecheuxtiana, é possível imaginar o arquivo como lugar documental, lugar no qual se encontram documentos a serem lidos, documentos que clamam por gestos de leitura para serem compreendidos como arquivo. Foucault dá outro tratamento a esta noção. Para este autor, o arquivo pode também ser um grupo de documentos, mas estes documentos devem dar conta do aparecimento (e do apagamento) de enunciados (foucaultianos). Dito de outro modo, o arquivo em Foucault (2007) é uma prática que faz surgir uma multiplicidade de enunciados como acontecimentos regulares. Assim, se o arquivo, para Pêcheux, é definido como um grupo de documentos sobre uma questão e, por conseguinte, é formado por uma certa organização, para Foucault (2007, p. 147) deve-se ressaltar a regularidade na formação do arquivo, é o que este autor chama de “sistema de enunciabilidade”, ou seja, é o que faz com que certos enunciados existam, na prática discursiva, em detrimento de outros.

Deste modo, em qualquer uma das definições aqui mencionadas cabe dizer que o arquivo não é nunca plenamente acessível, ou seja, não se pode interpretá-lo como um todo, pois, se assim fosse, estaríamos afirmando

que a Análise do Discurso daria conta de abarcar todos os sentidos possíveis. E não é a isso que ela se propõe, mas sim a trabalhar para verificar os processos de construção dos possíveis sentidos, aqueles que o analista, em conjunto com o dispositivo teórico-metodológico, é capaz de identificar.

Retomando o que afirmam Guilhaumou e Maldidier (2010), inicialmente a Análise do Discurso baseava-se na leitura de arquivos que se pode chamar do tipo pecheuxtiano, ou seja, a constituição dos corpora discursivos era oriunda desta leitura de arquivo documental. Entretanto, como destaquei anteriormente, a Análise do Discurso avançou no que diz respeito ao objeto de análise. Ela não trata mais somente do discurso político e não recorta apenas sequências discursivas de corpus provenientes de arquivos documentais. De acordo com Courtine (2009, p. 77), a constituição dos corpora em Análise do Discurso pode provir de duas vertentes: “corpora de arquivos” e “corpora experimentais”.

Os corpora de arquivo são “[...] constituídos a partir de materiais preexistentes, como aqueles com os quais, por exemplo, os historiadores são confrontados” (COURTINE, 2009, p. 77). Estes corpora vêm de uma concepção de arquivo tal como a de Pêcheux (2010), isto é, refere-se a uma análise de arquivo documental. Já os corpora experimentais são baseados no que podemos chamar, a grosso modo, de coleta de dados. Em outras palavras, “[...] os corpora experimentais são constituídos de sequências discursivas produzidas em situação experimental como respostas a uma questão, a uma instrução, à produção de um curto resumo de texto...” (COURTINE, 2009, p. 77).

Courtine (2009) designa ainda tanto os corpora de arquivo como os corpora experimentais de “formas de corpus”. E é destas formas de corpus que são recortadas as sequências discursivas a serem analisadas. A partir do exposto, é possível afirmar que os corpora experimentais

não partem de um arquivo, tal como Pêcheux (2010) o concebe, mas de uma produção/construção de material para análise. A meu ver, esta distinção feita por Courtine não é tão significativa assim, uma vez que podemos entender o arquivo como aquilo que pode ser dito dentro de uma prática discursiva, seja ela atual ou não. Ressalto que o arquivo formado a partir de um corpus experimental também é, redundantemente falando, material de arquivo. A minha sugestão aqui é chamar esta “coleta” de material para análise de *arquivo construído*. Trata-se de um registro de modos de dizer de um tempo atual. Diferente de um arquivo institucional, este material não pode fornecer práticas discursivas de outros momentos senão daquele no qual estão sendo materializados os dizeres. Nesta perspectiva, “O arquivo também se constrói como um desejo de manutenção de memória, de uma memória passada que segue as regras de seu arquivamento, para que se tente sobre ela ter controle” (ANDRADE, 2011, p. 78). Assim, se o arquivo nunca é acessível em sua completude, se para que se tenha arquivo é preciso que se tenha um exterior, se não podemos interpretá-lo como um todo, se o arquivo é o registro de práticas discursivas de dado momento histórico, se ele pode ser entendido como um sistema organizacional, se ele tem um princípio, então também há a possibilidade de se pensar neste material produzido (coletado?) como um *arquivo construído*. Pode-se afirmar isso justamente porque este material produzido também compartilha dessas características. Este material produzido também é o registro de práticas discursivas, e não é, da mesma forma, plenamente interpretável; ele está igualmente disponível para o analista, mas não em sua completude, já que não se pode ter acesso ao todo do dizer.

Para esta concepção de *arquivo construído*, é possível trazer à baila esta passagem de Foucault (2007, p. 146-7), na qual ele afirma que o arquivo aparece

[...] graças a todo um jogo de relações que caracterizam particularmente o nível discursivo; que em lugar de serem figuras adventícias e como que inseridas, um pouco ao acaso, em processos mudos, nasçam segundo regularidades específicas; em suma, que se há coisas ditas – e somente estas –, não é preciso perguntar sua razão imediata às coisas que aí se encontram ou aos homens que as disseram, mas ao sistema da discursividade.

Deste modo, o *arquivo construído* não é institucional, não tem um timbre, mas trata de dizeres que são materializados (documentados?), seja através de questionários, seja através da produção de pequenos textos. São estes dizeres materializados que formam este *arquivo construído* pelo analista. Trata-se também de mobilizar esta regularidade que organiza o arquivo. Portanto, faz parte do arquivo ter certa regularidade organizacional. Pensar o que cabe ao arquivo é também refletir sobre a sua exterioridade. Em outras palavras, Derrida (2001, p. 22) diz que “[...] não há arquivo sem um lugar de consignação, sem uma técnica de repetição e sem uma certa exterioridade. Não há arquivo sem exterior”. Por consequência, é este arquivo que permite ao analista formar seu corpus. Cabe retomar ainda que a Análise do Discurso não é uma teoria que pretende dar conta de uma descrição ou análise completa de arquivo, pois “[...] descrever o arquivo em sua totalidade, em sua completude, nos é impossível, pois suas probabilidades de descrição e de consignação envolvem também, e inevitavelmente, o controle e o encontro com o impossível” (ROMÃO; GALLI; PATTI, 2010, p. 126).

Sendo assim, o *arquivo construído* também clama por um retorno, por idas e vindas do analista. Não é possível que sejam feitos os recortes discursivos para análise apenas em uma primeira leitura. Neste sentido, Nunes (2008, p. 82), ao tratar de arquivos documentais, diz o seguinte:

Ler os documentos de arquivo conduz a explicitar os gestos de interpretação que subjazem a sua elaboração, evitando-se reproduzir uma história já dada, fixada, e mostrando seu processo de construção. As práticas institucionais e de arquivo realizam um trabalho de interpretação que direciona os sentidos, estabelecendo uma temporalidade e produzindo uma memória estabilizada.

Cabe ressaltar aqui, pensando em uma definição de *arquivo construído* sugerida anteriormente, que este gesto de interpretação, relatado por Nunes (2008), pode ser pensado como uma leitura possível de uma proposta de coleta de corpus experimental pensada por Courtine (2009). O trabalho do analista é, portanto, fazer uma leitura desnaturalizada, ou ainda, verificar porque certos sentidos ficam mais evidentes do que outros, já quando se dá o processo de construção do arquivo. É este o trabalho do analista: recortar sequências discursivas, fazendo relações com uma formação discursiva de referência, pensando as posições-sujeito, delimitando as fronteiras (sempre porosas e instáveis) destas formações discursivas (FD).<sup>3</sup> Para corroborar, Mittmann (2007, p. 158) afirma que

É partir da teorização, com base no quadro epistemológico, que o analista de discurso observa/efetua as relações e delimita o grupo de enunciados pertencentes a uma formação discursiva. De agulha e linha na mão, o analista faz o caminho de ir e vir entre formulação e enunciado.

E este ir e vir deve ocorrer também com a leitura do arquivo. O analista deve tentar compreender os processos de constituição dos sentidos, para que possa recortar as sequências discursivas para análise. Este trabalho de ir e vir não cessa até que o próprio analista ponha um ponto (que não é final) no processo de análise. O analista de discurso deve compreender, antes de mais nada, que

<sup>3</sup> Para Pêcheux (1997, p. 314), “[...] uma FD não é um espaço estrutural fechado, pois é constitutivamente ‘invadida’ por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FDs) que se repelem nela”. Sendo assim, é na FD que se constituem os sentidos. Portanto, cabe ao analista de discurso, em punho de seu dispositivo teórico, delimitar as fronteiras, sempre porosas, destas formações.

a leitura que ele faz do arquivo é uma possível entre outras e que seu trabalho aparece quando ele consegue compreender os processos discursivos, ou seja, os efeitos de sentido. O trabalho do analista não se esgota, mas é reflexo de um trabalho sócio-histórico de análise.

Para elucidar esta trajetória teórico-metodológica do analista de discurso, trago à baila um trabalho anterior (AIUB, 2008) que tratou de análises de discursos sobre a importância da língua inglesa na escola pública. As análises foram baseadas em recortes discursivos que foram retirados de um *arquivo construído*. Tratei, naquele momento, como um recorte de uma unidade discursiva, a qual pode ser entendida, segundo Orlandi (1984, p. 14), como “[...] fragmentos correlacionados de linguagem-e-situação. Assim, um recorte é um fragmento de situação discursiva”.

Portanto, a situação discursiva, neste caso, foi estabelecida não pelo questionamento que foi conferido aos alunos e professores, mas o que houve foi uma realocação do “já-lá”, isto é, fazendo com que houvesse um (re)estabelecimento da construção do arquivo. Foi, portanto, a partir de muitos retornos ao *arquivo construído*, que ocorreram as análises do discurso destes sujeitos envolvidos no processo de ensino e de aprendizagem da língua inglesa na escola pública.

Entre o processo de construção do arquivo e as análises das sequências discursivas ocorreu o trabalho de delimitação das formações discursivas, e de suas posições sujeito devido à leitura do arquivo. Não haveria como trabalhar com o aparato teórico sem diversas visitas ao arquivo construído. Resumidamente, para exemplificar, foi possível, à época da pesquisa, mobilizar duas formações discursivas, uma com duas posições-sujeito e outra com uma. No entanto, o mais interessante das análises foi poder identificar os processos parafrásticos que se davam a partir de um silogismo genérico. Vale dizer que estes genéricos de silogismos são aqueles que tentam camuflar



as marcas da enunciação, dando a impressão de que não há outros sentidos a não ser aquele aparente (TFOUNI, F.; TFOUNI, L. 2007). Em outras palavras, “[...] o genérico do silogismo tenta apagar o ‘interdiscurso’, instituindo a ilusão de que só o que é efetivamente ‘dito’ faz sentido (o intradiscurso)” (TFOUNI, 1995, p. 80). Neste ponto, vale lembrar que o interdiscurso se refere a “todo o complexo com dominante das formações discursivas”, ao “pré-construído”, ao “sempre-já-aí”, enquanto que o intradiscurso “[...] é o funcionamento do discurso com relação a si mesmo”, ou seja, a relação do que é dito agora com o que foi dito antes e o que será dito depois (PÊCHEUX, 1997, p. 166).

Embora os genéricos de silogismo tentem apagar as marcas da enunciação, procurei buscar possíveis interpretações partindo das paráfrases produzidas pelos professores de língua inglesa da escola pública com base em um genérico. Desse modo,

[...] os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo o dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase apresenta, assim, o retorno aos mesmos espaços de dizer. Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado (ORLANDI, 2005, p. 36).

Em virtude de os dizeres dos professores estarem, quase que na sua totalidade, relacionando a importância do *saber inglês* ao mercado de trabalho, o genérico que propus, então, apareceu na ordem de um silogismo.

Inglês é solicitado no mercado de trabalho. Os alunos sabem inglês. Logo, os alunos entrarão no mercado de trabalho.

Levando em conta esse genérico em forma de silogismo, definiu-se uma formação discursiva na qual este saber fosse dominante. Chamei essa formação discursiva de *FD do Repetível Genérico*, na qual a importância de se

aprender a língua inglesa está atrelada à conquista de um emprego (AIUB, 2008, p. 115).

Atribuo esta minha “descoberta”, este silogismo presente na formação discursiva de referência, ao retorno constante ao *arquivo construído*, pois foi por este movimento pendular que pude chegar às análises deste processo discursivo. Assim, o apaixonante da análise do discurso não está em fazer uma análise comprobatória – não se trata de verificar o sentido verdadeiro –, mas sim de ir à busca de sentidos, possíveis e imagináveis, e se deparar com o antes impensado, o não cogitado, aquilo que sempre escapa a uma leitura primeira. Portanto, é papel do analista *deixar o arquivo falar*, mas ele só fala quando temos o compromisso do retorno, da busca, quase que exaustiva, por novos efeitos de sentido.

#### 4. Palavras finais

O objetivo deste texto foi o de apresentar uma proposta de definição para o conceito de *arquivo construído*, não numa espécie de oposição ao arquivo documental, mas apresentando que esta espécie de arquivo compartilha de muitas das características dos arquivos documentais. Como a Análise do Discurso vem ampliando seu leque de possibilidades de discursos a serem analisados, é justo também que o analista possa construir seu arquivo. Não se afasta muito da proposta de Courtine (2009), quando ele se refere a uma forma corpus experimental, mas entendo que chamar já de corpus o que está se construindo nas análises é passar uma etapa do processo analítico.

A meu ver, o analista de discurso deve, pelo menos, iniciar suas análises pela leitura de arquivo, seja ele construído ou documental, para depois sim delimitar seu corpus e finalmente chegar às sequências discursivas, relacionando-as ao saber dominante de dada formação discursiva. Além disso, neste trabalho, tentei mostrar ligeiramente as interpretações distintas que um retorno

ao arquivo possibilita, pois o arquivo, mesmo não sendo totalmente interpretável, mesmo não sendo plenamente acessível, é sempre fértil e, a cada (re)leitura, é possível que o analista encontre ali outros sentidos que outrora lhe pareciam obscuros. Para finalizar, ressalto que o aparato teórico-metodológico da Análise do Discurso é ferramenta essencial. E é por este dispositivo que se pode chegar aos processos discursivos que ora são percebidos no arquivo, ora não. Ciente de que é um ser incompleto, incapaz de decifrar todos os sentidos, o analista de discurso tenta identificar os processos discursivos que são postos como evidência e tenta desnaturalizá-los, instigando, assim, a reflexão.

## Referências

AIUB, GiovaniForgiarini. A imagem sobre o ensino de língua inglesa na escola pública: um repetível genérico. *Cadernos do IL (UFRGS)*, n. 36, p. 111-125, jun./2008. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/cadernosdoil/article/view/18918/11016>>. Acesso em: 20 jan. 2012.

ANDRADE, ElianeRighi de. Memória: um arquivo vivo em construção. In: CORACINI, Maria José Faria.; GHIRALDELO, Claudete Moreno. (orgs.). *Nas malhas do discurso: memória, imaginário e subjetividade*. Campinas/SP: Pontes, 2011, p. 75-88.

BIRMAN, Joel. *Arquivos do mal-estar e da civilização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

BRASIL. Arquivo Nacional. Disponível em <<http://www.arquivonacional.gov.br>>. Acesso em: 18 jan. 2012.

COURTINE, Jean-Jacques. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. Trad. Patrícia C. R. Reuillard. São Carlos(SP): EdUFSCar, 2009.

DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Trad. Cláudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 2001.

GUILHAUMOU, Jacques; MALDIDIER, Denise. Efeitos do arquivo: a análise do discurso no lado da história. In: ORLANDI, Eni Puccinelli. (org.). *Gestos de Leitura: da história no discurso*. 3. ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2010, p. 161-183.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

INDURSKY, Freda. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso. In: MITTMANN, Solange; GRIGOLETTO, Evandra; CAZARIN, Ercília Ana. (orgs.). *Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua*. Porto Alegre: Nova Prova, 2008, p.9-33.

MITTMANN, Solange. Redes de Significações no ciberespaço. In: ROMÃO, Lucília Maria Sousa; GASPAR, Nádea Regina (orgs.). *Discurso Midiático: sentidos de Memória e arquivo*. São Carlos (SP): Pedro e João Editores, 2008, p. 113-130.

\_\_\_\_\_. Discurso e texto: na pista de uma metodologia de análise. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (orgs.). *Análise do Discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos (SP): Claraluz, 2007, p. 153-162.

NUNES, José Horta. O discurso documental na história das ideias linguísticas e o caso dos dicionários. *Alfa*. São Paulo, n. 52, v. 1, p. 81-100, 2008. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/1468>>. Acesso em: 19 jan. 2012.

\_\_\_\_\_. Leitura de arquivo: historicidade e compreensão. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (orgs.). *Análise do Discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos: Claraluz, 2007, p. 373-380.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 6.ed. Campinas(SP): Pontes, 2005.

\_\_\_\_\_. Segmentar ou recortar? In: GUIMARÃES, Eduardo. (org.). *Linguística e questões controversas: série estudos*. n.10. Uberaba: FIUBE, 1984.

PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni Puccinelli. (org.). *Gestos de Leitura: da história no discurso*. 3. ed. Campinas(SP): Editora da UNICAMP, 2010, p.49-59.

\_\_\_\_\_. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 3. ed. Campinas(SP) : Editora da UNICAMP, 1997.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa; GALLI, Fernanda Correa Silveira; PATTI, Ane Ribeiro. Arquivo em cena: "impressões" de leitura sobre o tema. *Desenredo* (UPF), v. 6, n. 1, p. 123-134, jan./jun., 2010. Disponível em: <<http://www.upf.br/seer/index.php/rd/article/view/1377>>. Acesso em: 20 jan. 2012.

TFOUNI, Leda V. *Letramento e alfabetização*. São Paulo: Cortez, 1995.

TFOUNI, Fábio Elias Verdiani.; TFOUNI, Leda Verdiani. "Entra burro sai ladrão": o imaginário sobre a escola materializado nos genéricos. *Linguagem em (Dis)curso (UNISUL)*, Tubarão/SC, v.7, n. 2. p.293-311, mai/ago. 2007. Disponível em: <<http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0702/8%20%20art%206.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2012.

[Recebido em 30 de maio de 2012  
e aceito para publicação em 03 de setembro de 2012]